

CASA DO POVO DE PALMEIRA

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017

Handwritten signatures and initials:
 R. L. B. (top right)
 M. C. (middle left)
 J. C. (middle right)
 A. (bottom right)

Índice

Balanço.....	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	4
Demonstração dos Resultados por Funções.....	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	7
Anexo	8
1. Identificação da Entidade	8
2. Referencial contábilístico de preparação das Demonstrações Financeiras	8
3. Políticas contábilísticas, alterações nas políticas contábilísticas e erros	8
4. Ativos fixos tangíveis	12
5. Investimentos financeiros.....	13
6. Inventários	13
7. Estado e outros Entes Públicos	14
8. Diferimentos	14
9. Caixa e depósitos bancários.....	14
10. Fundos patrimoniais.....	14
11. Fornecedores	15
12. Outros passivos correntes.....	15
13. Vendas e serviços prestados	15
14. Subsídios, doações e legados à exploração	15
15. Fornecimentos e serviços externos.....	15
16. Gastos com o pessoal	16
17. Outros rendimentos	16
18. Outros gastos	17
19. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17
20. Acontecimentos após data de Balanço	17

Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	13	10.217,00	11.061,05
Subsídios, doações e legados à exploração	14	77.238,60	75.053,28
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(174,94)	(226,57)
Fornecimentos e serviços externos	15	(17.242,13)	(18.599,75)
Gastos com o pessoal	16	(60.825,11)	(57.781,46)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	17	450,00	355,10
Outros gastos	18	(393,61)	(211,95)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		9.269,81	9.649,70
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(137,77)	(321,15)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9.132,04	9.328,55
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultados antes de impostos		9.132,04	9.328,55
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		9.132,04	9.328,55

O Contabilista Certificado



A Direção

João Filipe Gonçalves Russell Gouveia
 RL de São Luís
 15/12/2017

 João Filipe Gonçalves Russell Gouveia

Demonstração dos Resultados por Funções

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Atividades Tempos Livres	PERÍODOS	
			2017	2016
Vendas e serviços prestados	13	10.217,00	10.217,00	11.061,05
Custo das vendas e dos serviços prestados	6/15/16	(62.017,64)	(62.017,64)	(59.192,27)
Resultado bruto		(51.800,64)	(51.800,64)	(48.131,22)
Outros rendimentos	14/17	77.688,60	77.688,60	75.408,38
Gastos de distribuição				
Gastos administrativos	4/15	(16.362,31)	(16.362,31)	(17.736,66)
Gastos de investigação e desenvolvimento				
Outros gastos	18	(393,61)	(393,61)	(211,95)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9.132,04	9.132,04	9.328,55
Gastos de financiamento (líquidos)			-	-
Resultados antes de impostos		9.132,04	9.132,04	9.328,55
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período		9.132,04	9.132,04	9.328,55

O Contabilista Certificado



A Direção

Joana Filipe Gonçalves Russell Sampeio
 Rbf

 João Filipe Gonçalves Russell Sampeio

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2016 Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	1.440,67	1.248,74	-	3.346,46	6.035,87	6.035,87
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adoção de novo referencial contábilístico							
Alterações de políticas contábilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização dos excedentes de revalorização							
Excedentes de revalorização							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	10		3.346,46		(3.346,46)		
	2		3.346,46		(3.346,46)		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				9.328,55	9.328,55	9.328,55
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3				5.982,09	9.328,55	9.328,55
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos							
Subsídios, doações e legados							
Distribuições							
Outras operações							
	5						
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	6=1+2+3+5	1.440,67	4.595,20	-	9.328,55	15.364,42	15.364,42

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017 Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	1.440,67	4.595,20	-	9.328,55	15.364,42	15.364,42
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adoção de novo referencial contábilístico							
Alterações de políticas contábilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização dos excedentes de revalorização							
Excedentes de revalorização							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	10		9.328,55		(9.328,55)		
	7		9.328,55		(9.328,55)		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				9.132,04	9.132,04	9.132,04
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8				(196,51)	9.132,04	9.132,04
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos							
Subsídios, doações e legados							
Distribuições							
Outras operações							
	10						
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6+7+8+10	1.440,67	13.923,75	-	9.132,04	24.496,46	24.496,46

O Contabilista Certificado

A Direção

Jeano Filipe Gonçalves Russell Sampaio

RH de Sampaio

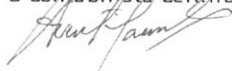
Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		10.217,00	10.922,35
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(16.920,51)	(19.857,08)
Pagamentos ao pessoal		(59.048,25)	(57.266,04)
Caixa gerada pelas operações		(65.751,76)	(66.200,77)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		77.518,64	75.199,33
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		11.766,88	8.998,56
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		-	-
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		11.766,88	8.998,56
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		23.629,16	14.630,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período		35.396,04	23.629,16

O Contabilista Certificado



A Direção

João Filipe Lopes Russell Jampa
 R. L. de ...
 ...
 ...



Anexo

1. Identificação da Entidade

1.1 – Designação da entidade: *Casa do Povo de Palmeira*

1.2 – NIF: 500951420

1.3 – Sede social: *Rua da Portela, 10 - 12 - Palmeira - 4700-729 PALMEIRA BRG*

1.4 – Endereço eletrónico: *casapovo.palmeira@mail.telepac.pt*

1.5 – Natureza da atividade: *A Casa do Povo de Palmeira, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 146, 1.º Suplemento, Série III, de 01-08-2005. Tem como atividades:*

- CAE 88910 - Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento
- CAE 94995 – Outras atividades associativas, N.E.

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 - As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- a) Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- b) Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- c) Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- d) NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- e) Normas Interpretativas (NI).

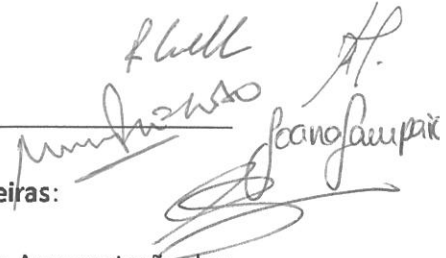
2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:



a) - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Nota 12) e "Diferimentos" (Nota 8)

Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- f) A natureza da reclassificação;
- g) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- h) Razão para a reclassificação.

b) - Outras políticas Contabilísticas:

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ou pelo Valor Patrimonial Tributário.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em quota anual durante as vidas úteis estimadas:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5 e 6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Inventários

Os inventários são registados ao custo de aquisição.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Clientes/utentes e outros créditos

Os "Clientes/utentes" e "Outros créditos" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Estado e outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), as *instituições particulares de solidariedade social*, estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

Subsídios do Estado

Os subsídios apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios atribuídos a fundo perdidos para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos fundos patrimoniais". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes e utentes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento

incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

c) - Principais pressupostos relativos ao futuro

Gestão de risco financeiro

- Risco de Liquidez:

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que, a todo o momento, a instituição mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis:

- (i). Cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento, e
- (ii). Garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus objetivos e estratégia.

As demonstrações financeiras estão elaboradas pressupondo a continuidade da Instituição.

d) - Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alterações nas estimativas.

3.4 – Correção de erros de períodos anteriores:

Não foram efetuadas correções de erros de períodos anteriores.

4. Ativos fixos tangíveis

Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017

Rhull A. Fernandes
João Augusto

31 de dezembro de 2016

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Revalorizações	Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 31-dez-2016
Custo							
Equipamento básico	7.073,82		-	-	-	-	7.073,82
Equipamento de transporte	26.000,00		-	-	-	-	26.000,00
Equipamento administrativo	16.528,52		-	-	-	-	16.528,52
Total	49.602,34						49.602,34
Depreciações acumuladas							
Equipamento básico	6.994,27	19,89	-	-	-		7.014,16
Equipamento de transporte	26.000,00		-	-	-		26.000,00
Equipamento administrativo	15.991,53	301,26	-	-	-		16.292,79
Total	48.985,80	321,15					49.306,95
						Quantia escriturada	295,39

31 de dezembro de 2017

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Revalorizações	Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 31-dez-2017
Custo							
Equipamento básico	7.073,82		-	-	-	-	7.073,82
Equipamento de transporte	26.000,00		-	-	-	-	26.000,00
Equipamento administrativo	16.528,52		-	-	-	-	16.528,52
Total	49.602,34						49.602,34
Depreciações acumuladas							
Equipamento básico	7.014,16	19,89					7.034,05
Equipamento de transporte	26.000,00						26.000,00
Equipamento administrativo	16.292,79	117,88					16.410,67
Total	49.306,95	137,77					49.444,72
						Quantia escriturada	157,62

5. Investimentos financeiros

Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

Os saldos dos investimentos em Entidades participadas e associadas, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, apresentavam-se da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aumentos	Diminuições	Justo Valor	Saldo em 31-dez-2017
Fundo de Compensação	54,40	81,85	23,65	-	112,60
Total	54,40	81,85	23,65		112,60

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade é obrigada a efetuar, para os fundos de compensação, entregas de 1%, para os fundos de compensação, sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013.

6. Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-jan-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2016	CMVMC em 2016
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	226,57	-	-	226,57
Total	-	226,57	-	-	226,57

Descrição	Inventário em 01-jan-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2017	CMVMC em 2017
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	174,94	-	-	174,94
Total	-	174,94	-	-	174,94

De referir que os valores da rubrica "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo" desdobram-se da seguinte forma:

- Matérias-primas: 174,94€;

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição e foram consumidas na sua totalidade.

7. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	50,80	-
Total	50,80	-
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	355,50	301,74
Segurança Social	1.066,13	957,42
Outros Impostos e Taxas		
Fundos Compensação	27,18	5,88
Total	1.448,81	1.265,04

8. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Gastos a reconhecer		
Seguros	804,40	812,68
Total	804,40	812,68

9. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Caixa	428,38	108,00
Depósitos à ordem	34.967,66	23.521,16
Total	35.396,04	23.629,16

10. Fundos patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2017
Fundos	1.440,67			1.440,67
Resultados transitados	4.595,20	9.328,55		13.923,75
Resultado líquido do período	9.328,55	9.132,04	9.328,55	9.132,04
Total	15.364,42	18.460,59	9.328,55	24.496,46

Nota:

Resultados transitados:

- Aumento de 9.328,55, de transferência do Resultado Líquido positivo de 2016

Resultado líquido do exercício:

- Aumento de 9.132,04, do resultado positivo de 2017
- Diminuição de 9.328,55, pela transferência do resultado positivo do exercício de 2016, para Resultados Transitados.

Descrição	2017	2016
Subcontratos	1.017,59	1.184,24
Serviços especializados	3.123,56	3.287,84
Trabalhos especializados	214,70	271,91
Vigilância e segurança	122,70	204,50
Honorários	1.938,48	1.938,48
Conservação e reparação	794,68	813,89
Outros	53,00	59,06
Materiais	923,20	842,21
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	158,98	235,82
Material de escritório	149,00	117,47
Material de limpeza, higiene e conforto a)	215,28	-
Outros	399,94	488,92
Material didático	399,94	473,02
Vestuário e calçado de utentes	-	15,90
Energia e fluidos	3.715,14	3.259,64
Eletricidade	1.754,90	1.366,41
Combustíveis	1.370,39	1.195,00
Água	589,85	698,23
Deslocações, estadas e transportes	2.797,10	3.882,50
Deslocações e estadas	2.797,10	3.882,50
Serviços diversos	5.665,54	6.143,32
Rendas e alugueres	3.641,40	3.641,40
Comunicação	923,76	857,57
Seguros	1.050,53	1.055,40
Contencioso e notariado	-	253,69
Limpeza, higiene e conforto	-	291,01
Outros serviços	49,85	44,25
Diversos	49,85	44,25
Total	17.242,13	18.599,75

a) Despesas com materiais de limpeza, higiene e conforto, que estavam a ser contabilizados em Serviços Diversos - Limpeza, higiene e conforto, até 2016, passaram a ser contabilizados em Materiais, a partir de jan17

16. Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos sociais da direção e conselho fiscal, nos períodos de 2017 e 2016, foram de 11.

Os órgãos sociais da Entidade, não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2017 foi de "5" e em 2016 foi de "4".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações do pessoal	49.534,97	47.026,31
Encargos sobre Remunerações	10.396,82	9.555,59
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profi.	774,20	562,25
Outros gastos com Pessoal	119,12	637,31
Total	60.825,11	57.781,46

17. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos suplementares (Aluguer de equipamento)	450,00	150,00
Outros	-	205,10
Correções relativas a períodos anteriores	-	205,10
Total	450,00	355,10

18. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	68,09	41,95
Outros	325,52	170,00
Correções relativas a períodos anteriores	200,00	70,00
Quotizações	100,00	100,00
Outros não especificados	25,52	-
Multas e penalidades	25,52	-
Total	393,61	211,95

19. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

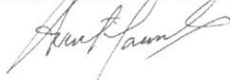
20. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 22 de Março de 2018.

O Contabilista Certificado



A Direção

Joana Filipe Gonçalves Russell Junqueira
 RHP de Luísa
 [Circular stamp: CASA DO POVO DE PALMEIRA]
 